



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Anexo IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° ____/2023

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SUV.

A CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 90.776.279/0001-92, com sede nesta cidade de Itaqui, sita à Rua João Siznando Dubal Goulart, n.º 942, representada neste ato pela sua Presidente, Vereadora SOLANGE CARVALHO CARNIEL, brasileira, maior, casada, residente e domiciliada nesta cidade, inscrito no CPF sob n.º ----- e portador da Carteira de Identidade n.º ----- denominado como CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____._____/_____-____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____/____, CEP ____-____, Telefone (____) _____.____, E-mail _____, neste ato representado por seu (sua) _____, inscrito (a) no CPF _____._____-____ e RG n.º _____, residente na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____/____, CEP ____-____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Processo Administrativo n.º 84/2023, a Lei Federal n.º 14.133/21, o Decreto Federal n.º 10.024/2019, e o edital Pregão Eletrônico n.º 1/2023 perante as testemunhas nomeadas e firmadas, os quais firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente contratação a Aquisição de veículo zero-quilômetro, do tipo SUV (veículo utilitário esportivo), conforme especificação abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Marca/Modelo	Valor
1				R\$

1.2 A fiscalização do contrato será exercida, pela Gestora, Ver. Solange Carvalho Carniel, pelo Fiscal, Servidor Rodrigo Lima Deponti e pelo suplente, *****

1.3. A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para a contratante, bem como os preços cotados já devem estar incluídos eventuais impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas quaisquer que incidam sobre os serviços, conforme elencado no Termo de Referência (Anexo I).

1.4. Prazo de Garantia de, no mínimo, 36 meses contra defeitos de fabricação e, para as demais possibilidades, não podendo ser inferior ao da Lei n.º 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor, ou durante o prazo de garantia fornecido pela concessionária



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

Cláusula Segunda – DA ENTREGA E DO PRAZO

- 2.1. O veículo deverá ser entregue na Câmara de Vereadores de Itaqui/RS, na Rua João Dubal Goulart, n.º 942, de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h. Caso ocorra fora do horário informado deverá ser comunicado o gestor e fiscal do contrato;
- 2.1.1. O fornecedor deverá entregar, sem custo adicional à Câmara, o objeto licitado em perfeito estado para uso, em até 90 (noventa) dias a contar da data da assinatura deste contrato;
- 2.2. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade;
- 2.3. Verificada a desconformidade dos itens contratados, a licitante vencedora deverá promover as correções de imediato, sujeitando-se às penalidades previstas no edital;
- 2.4. A nota fiscal deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com os objetos;
- 2.5. O prazo de vigência do contrato será desde a sua assinatura até a extinção da garantia.

Cláusula Terceira – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

- 3.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo objeto descrito na Cláusula Primeira, a importância de R\$ _____ (_____);
- 3.2. O pagamento será realizado em até 30 dias após a entrega do objeto, sendo precedido pela vistoria e aprovação do fiscal e anuência do gestor;
- 3.3. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo de compras, o número do pregão e número do empenho a fim de acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento;
- 3.3.1. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pela Câmara de Vereadores de Itaqui;
- 3.4. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;
- 3.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país;
- 3.6. O CNPJ da Contratada constante da nota fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

Cláusula Quarta – DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Da Câmara de Vereadores de Itaqui:

- 4.1.1. Atestar nas Notas Fiscais a efetiva entrega dos objetos deste contrato, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;
- 4.1.2. Aplicar à Contratada penalidades, quando for o caso;
- 4.1.3. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do contrato;
- 4.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;
- 4.1.5. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

4.1.6. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do presente Termo de Referência, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas;

4.1.7. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência (Anexo I) e no Contrato;

4.2. Da Contratada:

4.2.1. Arcar com todas as despesas de pagamentos de seguros, tributos, fretes, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária e criminal, acaso devidos em decorrência do fornecimento dos objetos licitados, fretes, carga e descarga, dentre outras;

4.2.2. Assumir inteira responsabilidade administrativa, penal e criminal por quaisquer danos, materiais ou pessoais causados a terceiros;

4.2.3. Manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.4. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos termos da Lei Federal n.º 14.133/21;

4.2.5. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida no Edital nas quantidades solicitadas, prazo e forma estipulados na proposta;

4.2.6. A falta do produto, cujo fornecimento incumbe à empresa vencedora, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

4.2.7. No momento do envio do Contrato assinado, deverá ser remetido cópia da documentação incluída anteriormente no Portal de Compras Públicas;

4.2.8. Encaminhar os documentos referente ao presente certame, imediatamente, ao endereço eletrônico (licita@camaraitaqui.rs.gov.br);

4.2.9. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades ou subcontratações não autorizadas pela contratante;

4.2.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

Cláusula Quinta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão

Unidade

Projeto/Atividade

Elemento 3.4.4.9.0.52.00.00.00 –

Recurso

Reduzido:

Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS



CÂMARA DE VEREADORES DE ITAQUI-RS
PALÁCIO RINCÃO DA CRUZ

6.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) **deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar)**: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) **executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado**: advertência;
- c) **inexecução parcial do contrato, atraso injustificado de até 15 (quinze) dias**: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 1 ano e multa de 5% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- d) **inexecução total do contrato, atraso injustificado por prazo superior ao previsto na alínea 'c'**: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- e) **causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual**: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato;
- f) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor total da proposta, até o 15º (décimo quinto) dia, sem prejuízo das demais penalidades;
- g) multa de 0,2 % (dois décimos por cento) ao dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor total da proposta, a partir do 16º (décimo sexto) dia, sem prejuízo das demais penalidades.

6.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, e demais plataformas, quando o caso;

6.3. A Contratada está obrigada a manter durante toda a execução contratual todas as condições de habilitação, nos termos do art. 92, XIII da Lei n.º 14.133/21;

6.4. Constituem motivos para rescisão contratual todos os elencados no art. 137 da Lei n.º 14.133/21;

6.5. A inexecução total ou parcial do contrato por enseja sua rescisão, conforme previsão do art. 155 de nas formas do art. 138 a Lei Federal n.º 14.133/21.

Cláusula Sétima – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente Contrato, serão feitas sempre por escrito.

7.2. O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico n.º 1/2023, à proposta do vencedor, Decreto Federal n.º 10.024/2019 e a Lei Federal n.º 14.133/21;

7.3. As partes elegem o foro da Comarca de Itaqui/RS, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas deste Contrato.

E, por haverem assim pactuado, assinam (em três vias de igual teor), este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Itaqui/RS, __de____de 2023.

Ver.^a Solange Carvalho Carniel
Presidente da Câmara de Vereadores de Itaqui